

DOSSIÊ

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos

INTERFACES ENTRE RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL

v.07, n.12, 2017

Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

EXPEDIENTE

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP

CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS

www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP

COMITÊ EDITORIAL

Anna Carolina Venturini, IESP-UERJ

Felipe Munhoz de Albuquerque, IESP-UERJ

Leonardo Nóbrega da Silva, IESP-UERJ

Marcelo Borel, IESP-UERJ

Marcia Rangel Candido, IESP-UERJ

Marina Rute Pacheco, IESP-UERJ

Mariane Silva Reghim, IESP-UERJ

Natália Leão, IESP-UERJ

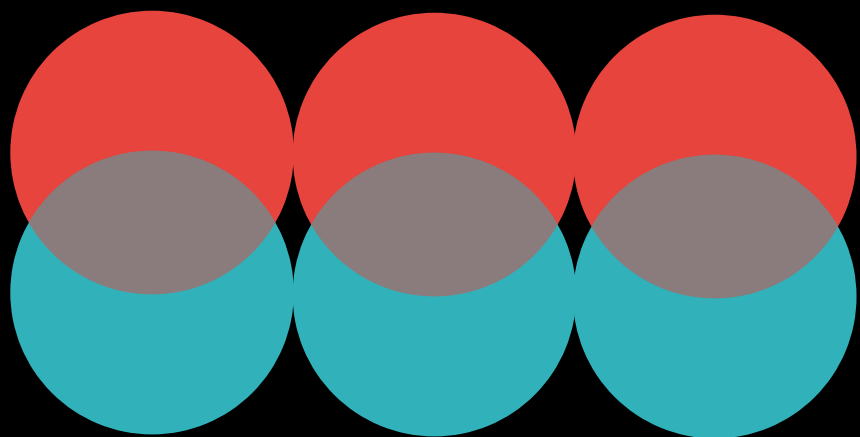
Paulo Joaquim Da Silva Rodrigues, IESP-UERJ

Raul Nunes de Oliveira, IESP-UERJ

CAPA, LAYOUT E DIAGRAMAÇÃO

Marcia Rangel Candido

Raul Nunes de Oliveira



Apresentação

Mariane Silva Reghim 3-5

Dossiê

É Possível Fazer Ciências Sociais sem uma Análise Crítica das Categorias de Diferenciação? Uma Proposição Feminista 6-30

Natália Corazza Padovani

As Perspectivas Teóricas Queer e o Uso Cotidiano da Língua Portuguesa 31-46

Helza Ricarte Lanz e Juliane Noack Napoles

Raça e Violência Sexual: Âmbito de Aplicação da Vitimodogmática? 47-65

Amanda Bessoni Boudoux Salgado e José Roberto Macri Jr.

What Happened with “What Happened, Miss Simone?” – Assistindo ao Documentário Pela Ótica do Feminismo Negro 66-82

Rafael Pinto Ferreira de Queiroz

O Racismo Institucional no Brasil: Contribuições de Louis Althusser para o Debate 83-95

Joyce Amancio de Aquino Alves

Artigos

O Voto Econômico na América Latina entre 2004 – 2012: Avaliação da Economia e do Desempenho do Governo em Políticas Públicas e de Combate à Corrupção 96-130

Flávia Bozza Martins

Eleições Presidenciais de 2014: Reflexões sobre o Capital Político e a Capitalização de Votos de Marina Silva 131-160

Bruno Fonseca Gurão e Mirna Tonus

Resenha

Neoliberalismo Desde Baixo, Pós-Fordismo Periférico e Cálculos Emancipatórios 161-164

Igor Peres

Sobre Autogestão nas Fábricas Recuperadas no Brasil: (R)Existindo no Mercado 165-170

Giulianna Bueno Denari

Sobre Autogestão nas Fábricas Recuperadas no Brasil: (R)Existindo no Mercado¹

Giulianna Bueno Denari²

PIRES, Aline Suelen. **As fábricas recuperadas no Brasil: o desafio da autogestão**. São Carlos: EdUFSCar, 2016. 241 p.

Propomo-nos nesta resenha a apresentar e discutir a pesquisa realizada pela Professora Doutora Aline Suelen Pires em seu doutorado, que resultou no livro *As fábricas recuperadas no Brasil: o desafio da autogestão*. A pesquisa finalizada em 2014 traz elementos relevantes para a discussão da autogestão, trabalho associado e recuperação de fábricas no Brasil e alguns casos na Argentina que se tornaram exemplos da questão. A proposta da autora foi fazer uma revisão sobre as mudanças no mundo do trabalho, com foco no cooperativismo e economia solidária, destacando as experiências e percepções dos próprios trabalhadores sobre seus trabalhos e vivências no processo de recuperação das fábricas escolhidas para o estudo. O que destacamos como uma pesquisa inovadora e relevante no âmbito das discussões sobre Economia Solidária e Cooperativismo no Brasil é exatamente essa percepção dos trabalhadores, não buscando assim dizer qual teoria está correta, mas como as experiências aconteceram concretamente, tendo obtido êxito em sua proposta de análise.

Começamos frisando a preocupação de Pires em não apresentar os casos em termos de sucesso ou fracasso da proposta de recuperação dessas fábricas. Ao analisar a percepção e experiência dos trabalhadores, a autora consegue recuperar o quanto faz ou não sentido a eles mesmos a ideia de um “sucesso” em resistir ao sistema ou mesmo manter novas formas de produção e distribuição dos lucros. A autora busca distinguir quais as discussões sobre cooperativismo, Economia Solidária e autogestão funcionam ou não para os casos trabalhados, expondo o quanto esses próprios conceitos estão ainda em disputa no campo acadêmico.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar (PPGS – UFSCar)
E-mail: giudenari@gmail.com

No Brasil do final dos anos 1990 e começo dos anos 2000 pudemos analisar um contexto de crise econômica junto à reestruturação produtiva mundial. O chamado “pós-fordismo”, quando as empresas ocidentais viram suas produções diminuírem ou fecharem suas portas, trouxe consigo a flexibilização dos contratos e jornadas de trabalho. No Brasil a reestruturação produtiva teve suas particularidades, que são observadas na análise da autora: “[...] resistência a criar gestões participativas [...], a grande flexibilidade de nosso mercado (que sempre existiu), a alta rotatividade de mão de obra e, conseqüentemente, o baixo investimento em qualificação” (PIRES, 2014: 29).

O livro é dividido em quatro capítulos, além da conclusão. O percurso do texto leva o leitor a compreender as características que possibilitaram, de forma não ordenada, o desmonte de algumas fábricas e então a possibilidade de suas recuperações com políticas incentivadoras no Brasil das décadas de 1990 e 2000. O primeiro capítulo foca em distinguir os conceitos de cooperativismo, autogestão e Economia Solidária, levando em consideração as categorias de funcionamento e composição das fábricas, existência de mecanismos de decisão e participação coletivos, normas que estabeleçam a rotatividade nos cargos de liderança, acesso livre às informações por todos os sócios, diferenças de remuneração estabelecidas, existência ou não de contratação de terceirizados, estrutura hierárquica e grau de autonomia sobre agentes externos. A autora se preocupa em mostrar como os três conceitos se articulam e se distanciam a depender das formas como as categorias se arranjam no campo de pesquisa, bem como as propostas de análise dos diferentes estudos elencados.

Em seguida, temos contato com as literaturas acerca das fábricas recuperadas no Brasil. O tema é polêmico devido à relação entre as experiências de recuperação após os anos 1990 com os sindicatos de suas categorias. Alguns sindicatos não apoiavam a autogestão, pois para eles o trabalho nas fábricas, como se dava, ainda explorava o trabalhador, uma vez que a relação entre patrão e trabalhador se mesclava nesse cenário; outros sindicatos os apoiavam pois viam a autogestão como importante passo para a emancipação do trabalhador da hierarquia dos patrões.

De qualquer forma, os movimentos de recuperação das fábricas tiveram forte apoio dos sindicatos, principalmente no quesito jurídico, quando buscavam acordos com os antigos patrões para pagamento das dívidas ou então posse dos meios de produção fixos. Também significou que os trabalhadores se viam sem formação específica para lidar com burocracias e administrar as dívidas contraídas pelos antigos patrões e pelo trabalho em si nas fábricas. Pires nos traz nesse

capítulo a revisão teórica de algumas pesquisas e discussões sobre o tema no Brasil, bem como a discussão dos casos específicos com a mudança da lei da falência no país.

A definição de autogestão aparece também em disputa, devido às categorias já apresentadas anteriormente no texto, principalmente quando colocada em comparação com os casos empíricos levantados. A autogestão seria uma forma de produção que teria o comando dos produtores diretos, porém extrapolaria os limites das fábricas, ou seja, o entorno social e econômico deveria ser favorável a essa forma de produção. As disputas estão no fato de que dentro do sistema capitalista de produção esse formato proposto pela autogestão não poderia se concretizar, pois não há casos empíricos em que a autogestão tenha extrapolado os limites das fábricas.

Ainda no segundo capítulo a autora faz um levantamento histórico das associações que apoiaram os principais casos de recuperação de fábricas no país, bem como uma descrição do processo de falência e recuperação das fábricas. Não cabe neste texto trazer as descrições já feitas por Pires, mas destacamos aqui a importância dessas associações no auxílio jurídico e na luta política pela transferência das fábricas aos trabalhadores. Essas fábricas não eram de um só segmento, o que fazia com que cada caso fosse praticamente um caso específico. Ainda assim, esse movimento continuou até aproximadamente 2005, quando, além da estabilização econômica, fora criada uma nova lei de falências, que blindava os proprietários das fábricas de possíveis processos de recuperação pelos trabalhadores. Exatamente por isso a escolha metodológica da autora em estudar casos já recuperados e a experiência dos trabalhadores nesse processo, uma vez que na época da pesquisa havia apenas uma fábrica em recente processo de recuperação.

No capítulo três encontramos a discussão sobre a pesquisa de campo realizada. Nesta parte a autora faz a descrição das fábricas, de como o campo foi acessado e das experiências dos trabalhadores na autogestão. Foram nove fábricas visitadas e analisadas, com muitos trabalhadores ouvidos. A preocupação da autora foi fazer um paralelo entre os trabalhadores que ajudaram e lutaram pela recuperação das fábricas, manutenção de seus empregos e posse dos meios de produção, com aqueles que ingressaram após a reestruturação da produção como sócios e, principalmente, contratados fora do regime de sociedade (terceirizados ou não).

As fábricas foram divididas entre as associações que as apoiaram durante o processo e após suas recuperações. O apoio variava entre cursos e ensino de administração da empresa, apoio jurídico ou, ainda, no processo de protesto dentro das fábricas. O maior número de fábricas estudadas foi apoiado pela Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e

Participação Acionária (ANTEAG), em seguida pela Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL) e, por fim, pelo Movimento das Fábricas Recuperadas. Cada uma possui uma forma de ajuda, bem como um foco de apoio no tipo de produção e no resultado da reivindicação (se buscam estatização ou não).

Pires traz fotos e descrições detalhadas sobre a atuação das fábricas, as formas de comunicação entre os trabalhadores e das reuniões de decisão coletiva realizadas. Vale destacar as falas dos trabalhadores colocadas em destaque, trazendo relatos sobre as dificuldades no processo de recuperação, as angústias enfrentadas, a falta de pagamento e o sentimento de coletivo que permeava as histórias narradas por aqueles que vivenciaram a recuperação pelos próprios trabalhadores, seus colegas. Também encontramos falas de trabalhadores que se tornaram sócios ou foram contratados (terceirizados ou em regime de carteira assinada) - os discursos sobre a importância daquela fábrica variam de acordo com o tipo de vínculo. A principal crítica dos trabalhadores que viveram a recuperação àqueles que entraram depois é a falta de sentimento de pertencimento e manutenção daquela fábrica como autogestionária, pois os integrantes mais novos criticavam a falta de mudanças e comodismos dos que ali trabalhavam há mais anos.

A descrição e análise neste capítulo fornece um contraponto à bibliografia até então apresentada, bem como paralelos entre as próprias fábricas. Mais do que isso, é possível entender o que significou para a experiência do trabalhador com seu meio e espaço de trabalho estabelecer novas relações e formas novas de produção. Não que as fábricas recuperadas sejam inovadoras na produção de seus produtos, mas a gestão dos recursos e dos contratos dos não associados, por exemplo, podem ser entendidas como novas formas de gestão da produção e recursos. A autora busca não julgar se essa nova forma é eficiente ou se traz mudanças em relação à produção capitalista, mas demonstrar o quanto foi importante para os trabalhadores manterem seus trabalhos nas fábricas que, muitas vezes, foram seus primeiros empregos.

No penúltimo capítulo vemos uma abrangente análise sobre casos internacionais de recuperação de fábricas, desde os casos emblemáticos europeus, como o Complexo de Mondragón, até casos recentes e mais próximos aos brasileiros, como as experiências na Argentina. A discussão feita a partir da bibliografia sobre os casos mais destacados mostra as diferenças em relação ao caso brasileiro, seja em número de trabalhadores envolvidos, seja no contexto em que tais recuperações aconteceram. Pires apresenta três casos argentinos, sendo um deles relativamente recente em comparação com os outros (2007) e relacionado a serviços, que foi a recuperação de um hotel em

Buenos Aires devido aos resultados das crises econômicas e políticas que o país enfrentou desde a década de 1990.

O contexto de cada país na América Latina nos mostra que diferentes conflitos sociais podem resultar em absorção do capital ou pequenas resistências internas nas experiências dos trabalhadores. Os contextos variam entre crises econômicas, políticas, iniciativa estatal, ditaduras, dentre outros, que proporcionaram casos que possibilitam entender e comparar com os casos brasileiros anteriormente apresentados, bem como compreender a pluralidade de realidades envolvidas.

O livro termina com as considerações finais da autora, que seguem no sentido de apontar os problemas em comparar casos tão diferentes entre as fábricas mesmo dentro do Brasil, bem como buscar modelos ideais nos casos europeus ou argentinos. A autora questiona a visão generalista da literatura que focou seus estudos nos modelos da fábrica defendendo a resistência e possível combate ao sistema capitalista de produção, causando desigualdades entre os trabalhadores. Ressalta também que em campo percebeu que antes de conseguirem recuperar as fábricas, os trabalhadores indicavam a necessidade de mudanças sociais em questão da cultura sobre o trabalho e possibilidade de acesso a novas formas de gestão. Aponta ainda que, apesar de algumas fábricas terem conseguido se manter no mercado, para os trabalhadores é destacado como é de extrema importância ter a carteira assinada, a certeza de alguns direitos e seguridades trabalhistas. Ao final, volta-se à discussão sobre o modo de produção capitalista e as pequenas resistências, incorporadas ou não ao sistema ao longo dos anos.

O livro busca não depositar na autogestão a esperança em acabar com o capitalismo ou superá-lo. A perspectiva crítica do texto nos leva a um caminho de análise das experiências de cada um dos trabalhadores ouvidos, procurando entender que o capitalismo se forma a partir de grandes mercados, mas também de ações cotidianas. E que cada um deles pode relatar diferentes vivências que não necessariamente têm o objetivo de revolucionar, mas garantir que a experiência do trabalho continue acontecendo para si e para aqueles com os quais se identificam. A autora destaca ainda os desafios em classificar essas fábricas como autônomas e de autogestão (ou mesmo de Economia Solidária), uma vez que se inserem num mercado produtivo capitalista competitivo, concorrendo em preço com o mercado chinês, por exemplo. Isso faz com que boa parte das fábricas precise adotar medidas menos democráticas ou nem consigam competir no mercado em larga escala.

Pires destaca também o quanto as crises econômicas pautam as decisões políticas e gestonárias em função dos donos das empresas e grandes proprietários, retirando direitos ou mesmo diminuindo possibilidades de ação e sobrevivência dos trabalhadores. Mesmo nas fábricas nas quais os trabalhadores hoje conseguem lucros e estabilidade financeira, tendo seus ganhos mensais quase que padronizados, a valorização da carteira de trabalho, dos direitos trabalhistas e estabilidade financeira ainda é recorrente. Podemos ver que o discurso sobre empreendedorismo e gestão de si (empreendimento autogestionário) não é descartado, mas a noção de uma geração que ainda pensa seu sucesso como a carteira com registro formal e trabalho com seguridade.

Submetido para avaliação em 13 de Novembro de 2017

Aprovado para publicação em 10 de Maio de 2018

BIBLIOGRAFIA

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

PIRES, Aline Suelen (2016). *As fábricas recuperadas no Brasil: o desafio da autogestão*. São Carlos: EdUFSCar. 241 p.

SINGER, Paul (2002). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Santos, B.S. (Org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2004). Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 51, maio/ago.